

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA UNIVERSIDADE MAIS ACESSÍVEL

LUCIELE OLIVEIRA¹; LIANA BARCELOS PORTO²; RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA³

¹Universidade Federal de Pelotas – e-lucielesantos54@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lianabarcelosporto@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – renatatoufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não deve ser vista apenas como a presença física do aluno com deficiência, mas como a garantia de sua aprendizagem e participação plena. Dessa forma, a formação docente contínua ganha ainda mais relevância, pois prepara os profissionais para responder às diferentes necessidades educacionais. Mittler (2003) também ressalta que uma cultura educacional inclusiva exige mudança de postura institucional, não apenas individual.

A educação inclusiva tem ganhado destaque nos debates sobre políticas públicas e práticas pedagógicas, especialmente no contexto do ensino superior. No Brasil, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam o direito das pessoas com deficiência à educação em igualdade de condições com os demais. Apesar dos avanços legais, os desafios para a efetiva inclusão ainda persistem, particularmente no que diz respeito à formação dos docentes.

Nesse cenário, a formação docente contínua surge como elemento central para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. No entanto, é importante destacar que essa formação não pode ser encarada como um diferencial ou uma escolha individual dos docentes, mas sim como uma exigência institucional. Considerando o crescimento da presença de estudantes com deficiência no ensino superior, torna-se urgente garantir que todos os professores estejam devidamente preparados para acolher e adaptar suas práticas de ensino. A ausência dessa qualificação compromete não apenas a aprendizagem, mas o próprio direito à permanência desses estudantes na universidade.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Esse panorama confirma as análises de Sassaki (2002), que identifica a falta de preparo institucional como um dos principais entraves à inclusão educacional. A formação continuada, quando tratada como eixo estruturante, possibilita o fortalecimento da cultura inclusiva e o compartilhamento de boas práticas entre os docentes.

Durante as atividades realizadas pela Coordenação de Acessibilidade (COACE), foi possível mapear casos em que professores demonstraram insegurança diante

de demandas específicas, como a adaptação de avaliações para estudantes com deficiência visual ou auditiva. Em outros momentos, a ausência de articulação entre setores da universidade dificultou a oferta de recursos de acessibilidade em tempo hábil, comprometendo o processo de aprendizagem.

Além disso, encontros formativos promovidos pela COACE com docentes revelaram uma demanda latente por espaços de escuta, troca de experiências e orientação sobre estratégias pedagógicas inclusivas. Tais ações demonstram que, quando apoiados institucionalmente, os professores tendem a se engajar mais ativamente na construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontam Oliveira e Duarte (2008), políticas públicas eficazes de formação docente são essenciais para romper com a lógica excludente historicamente presente no ensino superior. É necessário que as instituições construam uma agenda permanente de formação, que dialogue com os desafios reais enfrentados nas salas de aula diversas.

Como encaminhamento, destaca-se a necessidade de que a formação para práticas pedagógicas inclusivas seja institucionalizada de forma obrigatória, e não apenas como oferta pontual ou optativa. A universidade pública tem o dever de garantir que seus profissionais estejam tecnicamente e eticamente preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Tornar essa formação um compromisso permanente é um passo fundamental para consolidar a acessibilidade como valor estruturante do ensino superior. Isso requer, além de políticas internas, um esforço coletivo entre pró-reitorias, departamentos e núcleos de acessibilidade. Uma formação sólida, interdisciplinar e contínua é o caminho mais eficaz para garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados e que o ensino seja, de fato, para todos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. Formação de professores no Brasil: limites e desafios. Educação & Sociedade, v. 29, n. 104, p. 1011-1027, 2008.

GOMES, A. C. P. Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior: práticas e desafios. Revista Educação Especial, v. 33, n. 1, p. 123-138, 2020.